



## COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR - CPPD

ATA DA 76ª REUNIÃO DA CPPD

DATA: 30/03/2016

LOCAL: AUDITÓRIO DA SEUMA/SEINF

### CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES:

**AMC** – Rosina Lopes; **PGM** – Antônio Osmídio Alencar; **SEFIN** – Francisco Hélcio Pereira do Nascimento; **SEINF** – José Resende; **SEUMA** – Prisco Bezerra Junior; **IPLANFOR** – Mário Fracalossi Junior; **SER I** – Francisco Sales Oliveira, Hamilton Quixadá Holanda Costa; **SER II** – Guto Azevedo de Alencar; **SER IV** – Alan Rios Nogueira; **SER V** – Bruno Gonçalves Feitosa; **SER VI** – Bernadete Matos Alcântara; **ABES** – Marcos Stenio Teixeira; **ACC** – Antônio José Gomes Costa; **CREA** – Osmar Delboni Junior; **DETRAN** - Geyça Marques Santos; **FBFF** – Jerônimo Paulo da Silva; **IAB** - Rodrigo Ponce de Leon; **SINDIÔNIBUS** – José Davi da Silva Pacheco; **SINDUSCON** – Renata Nécia Silva de Abreu.

**Presidente da CPPD:** Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

**Secretária Executiva:** Marília Ferreira Lima Gadelha

**Coordenadora da COURB:** Rojestiane Ferreira Nobre

**Expositores:** Walter Frota – **IJF**;

Ricardo Sabóia – **Architetus**;

Lucilla Rocha - **SEUMA/COURB**

**PARTICIPANTES:** **AMC** – Carla Azevedo; **IJF** – Antônia Itamarcia Carveiro, Joana Maciel, Osmar Aguiar, Walter Frota; **Architetus** – Ricardo Sabóia; **SINDUSCON** – Daniela Valente; **SER V** – Oriel Nemer Filho; **SEUMA** – Eveline Maria Cordeiro Brandão; **SEUMA/ASSJUR** – Themis Fontenelle; **SEUMA/COURB** – Rojestiane Nobre, Roberto Craveiro, Lucilla Santos Rocha; **SEUMA/ASESP** – Karla Danielly Oliveira; **SEUMA/CPA** – Edilene Oliveira; **SEUMA/ASCOM** – Tais de Andrade Mont’Alverne.



## **PAUTA:**

1. Relatório 002/2016 – CENOR

Processo Nº: 3880/2016 - SEUMA

Requerente: Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINF

Assunto: Análise de Orientação Prévia - AOP

Atividade: Reforma e Ampliação das instalações do Instituto Dr. José Frota (IJF)

Local: Rua Barão do Rio Branco, Nº 816 – Centro.

## **ABERTURA, EXPOSIÇÕES E DISCUSSÕES:**

A Sra. Eveline Brandão, Secretária Executiva da SEUMA, iniciou a reunião cumprimentando os presentes e em seguida passou a palavra ao Arq. Prisco Bezerra Junior, Assessor Especial da SEUMA, que deu continuidade apresentando a pauta da reunião, falou que a ata da última reunião está em elaboração e os conselheiros estarão recebendo no mais curto espaço de tempo. Em seguida, indicou a ordem dos expositores, iniciando com o superintendente do Instituto Dr. José Frota, Sr. Walter Frota, seguindo do Sr. Ricardo Sabóia com a apresentação do projeto, seguida da Arq. Lucilla Rocha apresentando o relatório e finalizando com os questionamentos e o processo de votação. Passou a palavra para o representante do Instituto Dr. José Frota - IJF.

O Sr. Walter Frota, superintendente do IJF, iniciou sua explanação dizendo que o hospital este ano está completando 80 anos de existência, não naquele local, mas que terminou ao longo da sua história se instalando onde está atualmente. A última reforma e ampliação no IJF foi há 23 anos, iniciada na gestão do Prefeito Juracy Magalhães. O IJF é um hospital de muita importância para a população de Fortaleza e também no Estado do Ceará, sua característica é atender pacientes nas suas situações mais críticas, mais urgentes e isso tem expandido ao longo da sua história e assumido compromissos acima da sua capacidade, isso também é histórico no IJF, pois já era assim antes da reforma de ampliação da época do Juracy há 23 anos, mas passou pouco tempo em situação razoável.

Há mais de 15 anos o IJF tem extrapolado a sua capacidade, e isso é crescente, pois a população e a violência urbana aumentaram, e cada vez mais tem se direcionado para as questões relacionadas a violência urbana, aos acidentes automobilísticos, as agressões físicas, aos grandes acidentes, enfim é um

hospital que tem o perfil de atender os pacientes nas situações mais críticas, nas necessidades mais urgentes. A emergência do IJF é considerada uma situação de guerra muitas vezes, onde tem muita gente com a capacidade de atendimento extremamente reduzida.

Apresentou fotos de pacientes em macas na emergência em vários ambientes do hospital e disse que todos estão sendo acolhidos e observados, foram atendidos, fizeram exames e estão muitas vezes em observação, porém atendidos nessa condição de corredor e de maca. Continuou dizendo que todas as áreas da emergência em geral estão repletas de pacientes atendidos em macas e toda área de emergência tem um volume muito grande de pacientes, uma situação extremamente desconfortável, pois quando se precisa ir ao banheiro, tem banheiros públicos, mas sem nenhuma privacidade, apesar de se estar sendo assistido, muitas vezes é melhor estar no corredor do Instituto Dr. José Frota do que em enfermaria de outro hospital que não tem resolubilidade para seu problema, uma situação que é ruim para o paciente, para profissional o profissional que está acompanhando, para a gestão, enfim, para todos.

O IJF não atende apenas o Município de Fortaleza, mas também todo o Estado do Ceará e por isso sua capacidade está sempre extrapolada. Por vezes, em uma única noite, 40 (quarenta) pacientes dão entrada no IJF vítimas da violência urbana, para ficarem internados no hospital. Isso acontece principalmente aos domingos, tendo impacto fortíssimo na instituição, muitas vezes a sala de recuperação, que tem apenas 12 (doze) leitos, extrapola totalmente a sua capacidade sendo necessário utilizar as salas cirúrgicas, como a sala de recuperação pós-anestésico. Na área da emergência, temos a unidade de pediatria com apenas 06 (seis) leitos; Unidade de Risco 1 que é para pacientes críticos, não é a Unidade de Terapia Intensiva, em geral, sua capacidade extrapola e na maioria das vezes todos os pacientes em ventilação mecânica com indicação de UTI, os paciente estão sendo assistidos pela equipe de multiprofissionais, mas não estão objetivamente dentro de uma Unidade de Terapia Intensiva; Unidade de Risco 2 que é uma unidade de pacientes um pouco menos críticos, onde também está super lotado; 18 (dezoito) leitos para idosos; E as Observações 01 e 02 que são 28 (vinte e oito) leitos. Essa é a capacidade da emergência, em média 85 (oitenta e cinco) pacientes, fora dessas condições, estão nos corredores da emergência. Temos apenas 11 salas cirúrgicas e isso é um limitador da capacidade, pois se tivéssemos mais salas, teríamos condições de operar mais pacientes, mesmo com a equipe que temos hoje; e 12 (doze) Leitos na Sala de Recuperação Pós-Anestésica.

Explicou: em 2013, quando assumimos a gestão do IJF, em um planejamento estratégico já prevíamos a ampliação do hospital, e em um dos momentos de maior crise, o Prefeito solicitou que colocássemos para frente o projeto de ampliação do IJF. Com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento, com a criação de novos leitos de internação, terapia intensiva e o aumento da capacidade cirúrgica, tendo como resultado assistência segura ao paciente vítima de violência urbana em ambientes adequados e resolutivos.

Continuou sua explanação informando: diariamente temos entre 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) pacientes com indicação de leito de terapia intensiva, e não temos leito disponível para alocar esses pacientes. Então essa ampliação vem para dar mais segurança e ambientes adequados ao tratamento dos pacientes; Eliminar atendimento aos pacientes em corredores na emergência; Eliminar atendimento aos pacientes em leitos extras na sala de Recuperação Pós-Anestésica, pois o projeto prevê um novo centro cirúrgico com novas salas; E eliminar atendimento aos pacientes com indicação a Unidade de Terapia Intensiva na sala de Recuperação Pós-Anestésica.

Para a ampliação foi proposto o terreno onde atualmente é ocupado por estacionamento, localizado em frente a emergência e, além da ampliação, está prevista uma interligação entre os dois prédios. O novo prédio terá dois subsolos que será a área de estacionamento; O primeiro pavimento terá a área de ressonância magnética e enfermarias com 59 (cinquenta e nove) leitos onde será um ganho tecnológico para o hospital, pois atualmente o serviço é ofertado de maneira subsidiada pelo governo somente no Hospital Geral de Fortaleza – HGF; O segundo pavimento terá enfermarias com 71 (setenta e um) leitos; O terceiro pavimento terá um centro cirúrgico com 09 (nove) salas cirúrgicas, Sala de Recuperação Pós-Anestésico com 20 (vinte) leitos e 01 (uma) sala de Hemodinâmica, outro ganho tecnológico para o hospital, pois atualmente não existe hemodinâmica no hospital, esse procedimento, muitas vezes, evita operar o paciente, sendo muito importante para o avanço tecnológico da instituição; O quarto pavimento terá enfermarias com 23 (vinte e três) leitos e Unidade Intermediária com 20 (vinte) leitos; O quinto pavimento contará com Unidade de Terapia Intensiva com 30 (trinta) leitos, na verdade será construindo um novo centro cirúrgico com 09 (nove) salas e a Unidade de Terapia Intensiva com 30 (trinta) leitos.

Atualmente, a emergência tem 55 (cinquenta e cinco) leitos, 373 (trezentos e setenta e três) leitos na unidade de internação, 33 (trinta e três) leitos na Unidade de Terapia Intensiva, totalizando 461

(quatrocentos e sessenta e um) leitos. Na expansão estaremos crescendo em 153 (cento e cinquenta e três) leitos de internação, 30 (trinta) leitos de Unidade de Terapia Intensiva e 20 (vinte) leitos de Unidade Intermediária, totalizando 203 (duzentos e três) leitos, portanto, após a ampliação serão 664 (seiscentos e sessenta e quatro) leitos. Então, atualmente existem 461 (quatrocentos e sessenta e um) leitos hospitalares, sendo 42 (quarenta e dois) leitos de apoio que são as Salas de Recuperação Pós-Anestésica e 11 (onze) salas cirúrgicas; com a expansão serão construídos 203 (duzentos e três) leitos hospitalares, sendo 20 (vinte) leitos de apoio e 09 (nove) salas cirúrgicas, Após a ampliação serão 664 (seiscentos e sessenta e quatro) leitos hospitalares, sendo 62 (sessenta e dois) leitos de apoio (Sala de Recuperação Pós-Anestésica) e 20 (vinte) salas cirúrgicas; Agregaremos a Ressonância Magnética e a Hemodinâmica.

O investimento da ampliação será: A obra está orçada em R\$ 48.164.600,00; Equipamentos em R\$ 21.068.085,31; Mobiliário em R\$ 391.038,35; Emergência Atual em R\$ 5.000.000,00; Totalizando um orçamento em torno de 74 milhões de reais no equipamento. Finalizou sua explanação dizendo que está aberto a questionamentos.

O Arq. Prisco Bezerra Junior, falou que no sentido de maior esclarecimento, gostaria de questionar, pois todos vivenciam a questão da violência urbana e sabem as dificuldades, e acredita que a gestão durante esse período tem um planejamento para a área de saúde com relação aos equipamentos. Como funciona a rede de saúde e qual o papel do Hospital Geral de Fortaleza (HGF) que é outro equipamento, é estadual e também está ligado ao Sistema Único de Saúde – SUS? Escutamos muito falar em reforma de postos, construção de novos postos de saúde, como funciona essa rede? Como isso melhora? Fora a ampliação, como está funcionando a rede de saúde na cidade?

O Sr. Walter Frota, superintendente do Instituto Dr. José Frota, respondeu que a saúde tem três níveis de atendimento, que são: A atenção básica, que é o atendimento mais primário, o atendimento secundário que é o atendimento hospitalar que é mais no nível complexo e tem a atenção terciária que é o nível mais complexo da assistência e Fortaleza tem vários hospitais terciários como o Hospital Geral de Fortaleza - HGF, que é um hospital estadual em Fortaleza; o Hospital Albert Sabin, que é pediátrico; o Hospital de Messejana que é voltado para a cardiologia; Hospital Valdemar de Alcântara, que é uma assistência secundária, mas tem aprimorado cada vez mais atenção; Hospital César Cals; E outros hospitais da rede que atendem de acordo com o perfil.

Continuou explicando que o perfil do IJF está na sua missão e é atender o paciente, principalmente, oriunda da violência urbana, do trauma na sua situação mais aguda e o paciente mais complexo. O paciente menos complexo deve ser atendido na assistência secundária, que são os Frotinhas direcionados na área do trauma e os Gonzaguinhas na área clínica. O que está acontecendo é que no Estado do Ceará essa demanda maior decorre de vários fatores, um dos mais importantes é a resolubilidade na rede estadual como um todo, não é só Fortaleza. Os Frotinhas tem a sua atuação em hospitais pequenos que tem entre 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) leitos e tem projetos de reformas para todos na atual gestão, alguns projetos de pequenas reformas, mas que aumentam a sua capacidade. O estrangulamento desse setor em Fortaleza, só no último ano, decorrente principalmente do número de acidentes de motos, esse número aumenta durante o final de semana. Durante a semana, temos em média entre 30 (trinta) a 35 (trinta e cinco) acidentes por dia, e no domingo já chegamos a atender 109 (cento e nove) acidentados de moto em um único domingo, em uma clara associação com bebida alcoólica.

A rede municipal está funcionando, porém, está com a demanda maior que a sua capacidade. Existe um questionamento quanto a construção de outro hospital no eixo do anel viário, mas o custo é muito alto, a equipe de multi profissionais é muito grande para esse tipo de assistência, um hospital em outra área iria ter um custo igual ou superior ao do IJF, com a mesma característica, com a mesma urgência. Com a ampliação do atual, aumentará em pelo menos 203 (duzentos e três) leitos de internação com um custo onde não será preciso criar uma nova emergência, não precisará alterar a estrutura de pessoas que é o mais caro. A construção de um hospital com a mesma característica do IJF, em outra área teria um custo muito mais elevado, principalmente com a estrutura de pessoas, com todas as especialidades de plantão, são anestesistas, 04 (quatro) cirurgiões gerais, 03 (três) neurocirurgiões, 02 (dois) cirurgiões plásticos e isso 24 horas, toda essa equipe teria que ser montada lá nesse outro hospital. Então, para o município não tenho dúvida que é melhor fazer uma ampliação na condição que estamos colocando do que um novo hospital em outra área.

O Sr. Mário Fracalossi, representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR questionou qual o valor do custeio atual do IJF e qual o custeio previsto para a ampliação.

O Sr. Walter Frota, superintendente do IJF, respondeu que foi feito o levantamento da necessidade de pessoal adicional, da necessidade de novos recursos para material, medicamentos e terá um custo

adicional de aproximadamente 5 ou 6 milhões de reais por mês, sendo que para a construção de um outro hospital somente com o pessoal teria um custo de no mínimo 18 milhões por mês.

O representante da Architetus, Sr. Ricardo Sabóia, responsável pela elaboração do projeto iniciou sua explanação falando que a empresa tem um contrato de licitação com a Secretaria de Infraestrutura – SEINF e foi instado para elaborar o projeto de ampliação do IJF.

Apresentou uma vista geral do projeto e mostrou que o pavimento térreo terá acesso pela Rua Barão do Rio Branco, e este acesso será única entrada para o público, que será da parte de Ressonância Magnética, pois o equipamento tanto atenderá os pacientes internados no Instituto José Frota atual, os pacientes internados no novo prédio do IJF, como também atenderá a rede municipal como um todo.

O projeto do IJF estará totalmente ligado ao IJF existente, tanto nas áreas de apoio de logística e técnica, central de material esterilizado, farmácia, vestiário, todos esses setores ainda estarão contidos completamente no IJF existente. Continuou a explanação dizendo que foi projetado, dentro da nova edificação, áreas de salvaguarda e áreas de armazenagem, devido ao aumento da demanda.

Em relação ao projeto, serão 02 (dois) subsolos de estacionamento e 05 (cinco) pavimentos, onde no térreo terão enfermarias com 59 (cinquenta e nove) leitos e a Ressonância Magnética; no segundo pavimento do qual temos acesso pela primeira passarela, terá 71 (setenta e um) leitos, agrupados em enfermarias de 04 (quatro) leitos, hoje no IJF a maior parte das enfermarias são com 06 (seis) leitos e estamos colocando uma situação mais humanizada, preconizada pelo Ministério da Saúde e pela Vigilância Sanitária; no terceiro pavimento terá o centro cirúrgico com 09 (nove) salas, 01 (uma) sala de hemodinâmica e 01 (uma) sala de Recuperação Pós-Anestésica com 20 (vinte) leitos; no quarto pavimento terão enfermarias com 23 (vinte e três) leitos e uma unidade intermediária com 20 (vinte) leitos e grande parte desse quarto pavimento será uma área técnica de climatização que tanto atende ao centro cirúrgico que está imediatamente abaixo quanto atende as Unidades de Terapia Intensiva que está imediatamente acima então o posicionamento desse quarto pavimento é estratégico; e no quinto pavimento terão as Unidades de Terapia Intensiva com 30 (trinta) leitos agrupados em 03 (três) enfermarias de 10 (dez) leitos que é um número ótimo que a RPC recomenda pelo tamanho das equipes de enfermagem que irão cuidar desse grupo de pacientes.

O projeto do hospital será construído modular estruturalmente, sabemos que depois de 01 ano do

projeto executado já vai ter uma reforma para adaptar uma coisa ou outra, então a estrutura tem que ser extremamente flexível para permitir as modificações, todas as especificações, todos os materiais, vão ser o que nós chamamos de construção seca, para permitir rápidas e contínuas modificações durante a vida útil do edifício.

Sobre a localização do entorno, temos uma vantagem de uma grande infraestrutura de transporte e infraestrutura urbana presente na área, que é crucial e que o Sr. Walter Frota destacou na questão de que ao fazer um hospital em outro ponto, teríamos que fazer toda a estrutura técnica e de logísticas que o Instituto José Frota já possui, então teria que ter farmácia, almoxarifado, necrotério, a parte de resíduo, tudo isso teria que ser duplicado mais uma vez com esse hospital, para essa ampliação. Mostrou a implantação já montada, e a criação de uma praça entre os dois edifícios, na Rua Antônio Pompeu. Acrescentou que o edifício novo terá o setor de Ressonância Magnética com a área de transferência, essa área é uma espera da entrada do paciente para fazer a Ressonância Magnética, os pacientes podem vir pela passarela, quanto receber pacientes de fora, seja na parada da ambulância ou de outra forma e por isso que é a única porta aberta que o novo hospital terá. Na área das enfermarias terá um número de enfermarias de isolamento de acordo com a Norma e as enfermarias quádruplas com seu núcleo de banheiro e de prescrição, ale, do núcleo de apoio central.

Apresentou o esquema vertical de interligações dos prédios, além da vista interna da praça das duas passarelas que vão interligar os dois edifícios e disse: temos as interligações das enfermarias no primeiro nível, esse pavimento possui 71 (setenta e uma) enfermarias, e a interligação dos centros cirúrgicos. Acrescentou que outro grande desafio do projeto foi a parte estrutural de conexão dos dois edifícios, tínhamos que atender as dimensões do terreno com a modulação rígida estrutural que permite a flexibilidade futura, com o ponto em que possamos conectar os dois prédios, isso alterou um pouco a fachada. Finalizou a apresentação mostrando todos os pavimentos e como serão distribuídas as áreas de acordo com as Normas Hospitalares.

A Arq. Lucilla Rocha, gerente da Célula de Normatização – CENOR/SEUMA iniciou a explanação do relatório mostrando a localização do terreno e falou que o terreno atualmente é usado como estacionamento do IJF e acrescentou que a ocupação do Hospital, atualmente, é composta ao sul pela Rua Antônio Pompeu, a oeste pela Rua Senador Pompeu, ao norte pela Rua Meton de Alencar e a Leste



pela Rua Barão do Rio Branco. Mostrou a vista de aproximação da Rua Antônio Pompeu que é a edificação atual e o terreno existente, e lembrou que a proposta foi escolhida, pois foi uma perspectiva economicamente financeira que melhor adequava o atual atendimento e a demanda do hospital, conforme o Sr. Walter Frota mencionou anteriormente.

Sobre o zoneamento falou que atualmente a edificação existente, localiza-se na Zona Urbanizada do Centro que é a Zona AUP - Área de Urbanização Prioritária do Centro e a edificação proposta se encontra na Zona de Ocupação Prioritária 1 – ZOP 1, essas zonas são divididas pela Rua Antônio Pompeu ficando exatamente na divisão das 2 zonas de acordo com o Plano Diretor Participativo - PDP de 2009. O terreno do IJF está inserido tanto na Zona de Ocupação Prioritária - ZOP como na Zona Especial de Interesse Social de Vazios 3 - ZEIS 3.

O Plano Diretor Participativo – PDP disciplina através do Art. 314 que a Área de Urbanização Prioritária do Centro deve seguir os parâmetros da LUOS em vigor, que não estejam em contraposição ao previsto no PDP, em especial referentes à área nela definida como Zona Urbanizada 1 - Centro, até a sua revisão.

Para a Área de Urbanização Prioritária do Centro – AUP Centro são admitidos os seguintes parâmetros, conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Art. 148 que diz: A ocupação da área de que trata este Capítulo poderá utilizar-se dos seguintes incentivos: “I - em terreno de esquina, a dispensa dos recuos de fundo, até o quarto pavimento; II - a dispensa dos recuos laterais até o quarto pavimento; III - o avanço em balanço, até o alinhamento, dos três primeiros pavimentos acima do térreo, desde que o nível do piso pronto do quarto pavimento não ultrapasse a cota dos 12,00m contados do nível médio do passeio por onde existe acesso”.

Sobre o enquadramento da atividade, a Arq. Lucilla Rocha detalhou:

- Zona: Zona de Ocupação Prioritária ZOP-1;
- Grupo: Serviços;
- Atividade: Hospital;
- Subgrupo: Saúde - SS;
- Classe: Polo Gerador de Tráfego 4 – PGT 4;
- Código: 85.11.11.

A Lei Complementar nº 107, de 19.04.2012, em seu Art. 1º disciplina que as atividades integrantes do Grupo Serviço, Subgrupo Saúde - Anexo 6 e Tabela 6.13 da LUOS - desde que já implantadas, poderão ser ampliadas sendo exigidos aprovação de Estudo Ambiental e Relatório de Impacto sobre Sistema de Tráfego (RIST), parâmetro este que prevalece sobre a inadequabilidade das vias em que se encontra. No momento que fazemos adequabilidade a via, como é uma via arterial II, o equipamento encontra-se inadequado, porém, como ele estava inserido anteriormente a Lei, e por ser um Projeto Especial, encontra-se em nossa Célula para ser tramitado na CPPD.

Sobre a edificação, a proposta do Anexo do IJF, abrange área hoje ocupada pela Rua Antonio Pompeu e a área destinada atualmente ao estacionamento, onde este é destinado aos funcionários do IJF. Foi feita a adequação do estacionamento nos subsolos, onde são dois níveis de subsolo. O lote se encontra no limite norte da quadra definida pelas Ruas Antonio Pompeu, Barão do Rio Branco, Senador Pompeu e Av. Domingos Olímpio.

O prédio totaliza uma área construída de 13.201,82m<sup>2</sup>, sendo interligado ao prédio existente por duas rampas em níveis distintos, que são as ligações entre blocos que foi apresentado anteriormente.

É proposta a construção de área para embarque e desembarque e estacionamento de ambulâncias, prevendo área de vivência para usuários do hospital e pedestres da região, no trecho da via incorporado ao hospital.

Para ligação entre as edificações, proporcionando uma melhor integração entre as mesmas, é previsto a construção de rampas garantindo o trânsito de pacientes e profissionais entre os setores, sem prejudicar os fluxos exigidos nas normas relativas a equipamentos de saúde.

Sobre a edificação proposta, apresentou:

- Possui quatro pavimentos mais dois subsolos para estacionamento e o partido arquitetônico considerou parâmetros da Área de Urbanização Prioritária do Centro - AUP Centro, em função de sua localização nos limites desta Zona considerando, ainda a sua interligação com o edifício existente, beneficiando-se do que dispõe a Lei Nº 10.335/2015 (Outorga Onerosa de Alteração de Uso);
- Prevê interligação entre blocos por meio de duas rampas, a primeira localizada no segundo piso

para acesso livre e responsável pelos fluxos gerais (pacientes, visitantes e todas as atividades de apoio técnico e logístico necessário) e a outra ligação, localizada no terceiro piso tem acesso restrito (exclusivo para pacientes entre os centros cirúrgicos e tratamento intensivo), essas são de fundamental importância para manter os fluxos de acordo com normativas exigidas para edificações de saúde.

Continuou a explanação apresentando a Análise Comparativa dos Parâmetros, esses índices consideram a inclusão da via dentro do terreno já que aqui ele se tornaria um grande complexo:

- O Índice de Aproveitamento: está previsto em Lei 3,00 e a proposta é 3,30;
- Taxa de Permeabilidade: definida em 30,00% da zona, está sendo proposto 3,26%, porém pode também ter seu índice melhorado com a especificação de revestimentos permeáveis, podendo alcançar um índice de aproximadamente 17%;
- Taxa de Ocupação: 60% na ZOP-1, sendo proposto 42,07%;
- Taxa de Ocupação do Subsolo: 60% na ZOP-1, sendo proposto 50,03%;
- Altura Máxima: na ZOP - 1 é 72,00m, na AUP - Centro 92,00m e está sendo proposto 27,30m.

Quanto a Análise Comparativa dos Parâmetros dos Recuos, conforme dito anteriormente o terreno está localizado na Área de Urbanização Prioritária do Centro – AUP Centro e de acordo com o Art. 148:

- Distância entre blocos: Proposto 21,52m;
- Rua Barão do Rio Branco (frente): Até 12,00m liberação dos recuos, acima de 12,00m liberação de 6,00m e a proposta é 7,95m;
- Rua Senador Pompeu (frente): Até 12,00m liberação dos recuos acima de 12,00m liberação de 6,00m e a proposta é 5,10m;
- Fundos: liberação dos recuos e a proposta é 2,78m.

O recuo da Rua Senador Pompeu está inferior a 6,00m, porém nessa área está localizado o corpo do edifício de transporte vertical: escadas, elevadores.

Quanto a localização em Zona Especial de Interesse Social – 3 (ZEIS - 3), baseado no Art. 138 do Plano Diretor Participativo - PDP, o imóvel por ter uso e ocupação comprovada é inválido como ZEIS-3, neste caso prevalecem às normas urbanísticas da Área de Urbanização Prioritária - Centro (AUP – Centro).

Sobre as considerações finais, continuou a explanação falando que a edificação proposta vem atender uma crescente demanda de leitos públicos para um Hospital de referência regional, já instalado e consolidado como marco urbano (há várias décadas), já situado em AUP - Centro, não se justificando seu remanejamento para outra área urbana; A proposta ocupa área atualmente utilizada como estacionamento do hospital e parte da caixa da Rua Antonio Pompeu. O referido terreno se encontra em zona adjacente ao centro em ZOP 1 – Zona de Ocupação Prioritária 1. Baseia-se na utilização dos índices da AUP – Centro, conforme Art. 148 da LUOS, amparada pela Lei Nº 10.335/2015 (Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo); O projeto apresenta recuos de 5,10m na Rua Senador Pompeu em todos os pavimentos, inferior aos 6,00m exigidos a partir do 4º pavimento. É relevante salientar que a edificação define, neste recuo, a torre de escada e de elevadores; No que se refere às passagens entre blocos atendem aos parâmetros estabelecidos, em estudos desenvolvidos na Célula de Normatização - CENOR/SEUMA, para regulamentação de solução construtiva de ligações elevadas entre blocos; Quanto ao licenciamento ambiental, tramita nesta SEUMA processo de Licença de Instalação (com Licença Prévia já concedida) devendo ser observada qualquer exigência específica da análise conclusiva da mesma; Por tratar-se de um Projeto Especial, conforme Arts. 160 a 163 da LUOS, o pleito se beneficia da Lei Nº 10.335/15, para alteração dos índices e alterações de usos pretendidos, devendo ser submetido à CPPD para análise e deliberação.

Concluiu informando que:

- O pleito resulta da necessidade urgente do Município em atender demandas crescentes relacionadas ao hospital (urgência e emergência) comprovadamente sobrecarregado e restringido pelo espaço atual do IJF, o que justifica o atendimento de concessões requeridas neste projeto;
- A atividade já se encontra consolidada no local de período anterior as leis urbanísticas vigentes e se constitui um Projeto Especial, amparado pelos Art. 30 e 163 da LUOS, que permitem alteração dos parâmetros referentes à adequação, aos indicadores urbanos, normas e restrições;
- O IJF está localizado na Área de Urbanização Prioritária do Centro, conforme Art. 314 do Plano Diretor Participativo;
- As ligações entre blocos obedecem às normas técnicas específicas;
- A ocupação da Rua Antonio Pompeu foi objeto de análise do Relatório de Impacto no Sistema de

Trânsito - RIST, pela Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania – AMC, que já emitiu relatório favorável ao pleito.

Finalizou dizendo que submetemos o pleito a esta Comissão para conhecimento e deliberação sobre: Aprovação do projeto de reforma e ampliação do Instituto José Frota, com parâmetros urbanísticos estabelecidos para a Área de Urbanização Prioritária 1 – Centro (amparado nas LUOS, PDP e Outorga Onerosa de Alteração do Uso); Edificação de ligações elevadas entre os blocos condicionada a anuência da COELCE, sobre a rede elétrica; Ocupação de trecho da Rua Antônio Pompeu na forma proposta no projeto; Liberação do Alvará de Construção condicionado a aprovação da AMC e do Licenciamento Ambiental.

Em seguida foi mostrado um vídeo, demonstrando a nova estrutura do IJF através de maquete eletrônica.

O Arq. Prisco Bezerra Junior, Assessor Especial da SEUMA esclareceu que quando o Relatório foi enviado aos Conselheiros da CPPD ainda estava em processo de análise da AMC, em seguida pediu a Sra. Carla Azevedo, técnica de trânsito da AMC, para se pronunciar quanto a conclusão do relatório.

A Sra. Carla Azevedo, técnica de trânsito da AMC, iniciou dizendo: O anexo do Instituto Dr. José Frota terá dois subsolos referentes a estacionamento e terão 136 vagas; e essas vagas foram calculadas apenas referente a ampliação, não tendo vagas da demanda atual do empreendimento. Enumerou alguns pontos que serão discutidos e revistos, são eles:

- Com a desafetação da Rua Antônio Pompeu no trecho do Hospital, pedimos um Plano de Circulação de análise dos níveis de serviços do entorno, pois foram apresentadas apenas duas interseções mais próximas, além da circulação dos pedestres e ambulâncias que não ficou tão explícito, pois a praça e a rua estão no mesmo nível;
- Todos os acessos de pedestre e veicular devem obedecer as diretrizes do Código de Obra e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, no projeto não estava tão claro o fluxo de entrada de veículos e pedestres;
- Quanto a coleta de resíduos sólidos e da carga e descarga, pois não estava tão explícito no projeto, mas são tipos de operações que podem ser resolvidas com o projeto pela área interna que existe, portanto, solicitamos a explicação do plano de circulação dessas operações;
- Outro ponto questionado é o embarque e desembarque para o público, pois tem para as

ambulâncias na área interna, mas não têm para o público que é uma demanda que existe nos hospitais, isto é, paciente que chega de carro privativo para não ser ocupada a via da Rua Barão do Rio Branco e não complicar o tráfego.

- Quanto a desafetação da rua, acrescentou: não sei como está esse processo na SEUMA, mas estamos prevendo uma circulação em conversa com o responsável pela elaboração do RIST, para todos os níveis de serviços, uma análise da rua de acordo com o tráfego a demanda que existe na Rua Antônio Pompeu antes de chegar na interseção do Hospital já irmos dispersando o tráfego anteriormente, mas isso ainda está em projeto.

Outro ponto que citei anteriormente é quanto a quantidade de vagas no estacionamento, 136 vagas, mas isso é para ponderarem, pois não afeta na quantidade de vagas necessárias.

O Eng. Roberto Craveiro, pediu a palavra e complementou que durante a análise do projeto, na elaboração do relatório, foi mantido contato com a Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - ETUFOR preocupados com a situação dos itinerários dos transportes coletivos nessa região, e essa preocupação é particular, pois recentemente foi implantado o corredor de ônibus na Rua Padre Valdevino. A informação que tivemos da ETUFOR foi que esse corredor de transporte já se transfere nas imediações da Av. Aguanambi para a Av. Domingos Olímpio permanecendo apenas o fluxo particular remanescente de uma faixa única de transporte geral que ocorria pela Rua Padre Valdevino, porque o fluxo pesado nessa região também já foi transferido para a Rua Dom Expedito Lopes/Rua João Brígido, a partir da Rua Tibúrcio Cavalcante com a implantação do corredor de uso exclusivo dos ônibus da Rua Padre Valdevino. A transferência desse tráfego já foi iniciada para sair dessa região, então o fluxo que vai ficar incidindo nesse cruzamento que a Sra. Carla Azevedo falou vai ser os remanescentes do entorno e não o tráfego de peso sentido leste/oeste, pois esse já foi objeto de transferência. Outra informação que a ETUFOR nos deu é que hoje nesse trecho do Hospital tem a incidência de linhas de ônibus, uma é o corujão e três normais, então a preocupação inicial que tínhamos com fechamento desse trecho da rua, passamos a ter tranquilidade em decorrência dessas medidas as quais foram tomadas não por conta do Hospital, mas por questões de engenharia de tráfego, do TRANSFOR e outras medidas de mobilidade urbana da cidade que já vinham sendo implantadas anteriormente.

A Sra. Carla Azevedo voltou a falar que uma das quatro linhas é muito importante, mas como foi

explicado pelo Eng. Roberto Craveiro já está em estudo as alterações das linhas pela ETUFOR. O Eng. Roberto Craveiro complementou que foi proposto também que seja eventualmente permitido algum tráfego de veículos especiais, de ambulâncias ou de segurança, nas faixas que foi proposto o acréscimo das áreas de permeabilidade que transforma de 3% para 17%, a substituição do tipo de pavimento dessas áreas deixando, viabilizando esses tráfegos.

A Sra. Rosina Lopes, técnica de trânsito e conselheira representante da AMC, pediu a palavra e falou que nada que não se possa contornar a situação, o tráfego da Av. Domingos Olímpio é muito mais pesado no sentido leste/oeste do que no sentido oeste/leste e deverá até ser acomodado no começo, claro causará impacto, mas poderá minimizar esse impacto com sinalização indicativa do bloqueio e tem várias vias, e que é melhor deslocar o tráfego em geral para a Av. Domingos Olímpio que tem a capacidade no sentido oeste/leste para receber esses veículos que vão ser desviados do que jogar para a Rua Clarindo de Queiroz que é no bairro Centro e também tem três vias que já podem fazer uma conversão a esquerda, podem ser a Rua Barão de Aratanha, Rua Assunção e a Rua Major Facundo para não chegar até ao Hospital, tudo isso estava sendo comentado ontem com o pessoal da ETUFOR que os ônibus tem que ficar mais próximos, dar prioridade ao transporte coletivo e deixar os veículos privados que andem mais um pouco. O que não estava muito claro no projeto é como vão ser os acessos, pois as ambulâncias terão acesso pela Rua Senador Pompeu, pois o fluxo que vem pela Av. da Universidade hoje entra na mão dupla que tem na Rua Antônio Pompeu para essa ambulância, andando pelo Centro por mais que a ambulância tenha prioridade, fica engessada com o congestionamento. Portanto, seria bom que as ambulâncias também tivessem acesso pela Rua Senador Pompeu e no projeto não está muito claro, já falamos com a equipe responsável pelo RIST e íamos falar com pessoal do projeto do Hospital, além de outras questões. Finalizou dizendo que outra questão era a localização do acesso, o controle de acesso não pode ser tão próximo ao cruzamento, pois cria fila de carros e isso tem que resolver com o pessoal do projeto, para ter espaço suficiente de acesso.

O Sr. Ricardo Sabóia, representante da empresa Architetus, iniciou os esclarecimentos dizendo que na elaboração do RIST, pediu desculpas porque foi mais um problema de representação gráfica do que de não inclusão de todos esses aspectos que colocaram, apresentou no slide que a praça tem a mesma largura e o mesmo tipo de pavimento do acesso de ambulância e também mostrou uma cancela para o acesso a ambulância. Acrescentou que junto com o RIST vai ser trabalhada essa questão de formação de

fila, mas a rigor no aspecto hospitalar a guarita é um pouco diferente da entrada do estacionamento de shopping, a ambulância já está comunicada com o pessoal de controle de acesso então essa cancela não é para estar fechada na hora em que a ambulância chega, é para estar aberta para entrar o mais rápido possível e esse tipo de pavimento aqui é o pavimento que vai permitir esse tráfego eventual tanto da ambulância que vem pela Rua Senador Pompeu quanto de um veículo de segurança ou do próprio corpo de bombeiros, assim como o Corpo de Bombeiros exige que o veículo eventualmente se posicione e tenha acesso a escada dos dois edifícios. Então esse pavimento, é delimitador de pedestres no projeto de urbanismo e o tipo de pavimento é condizente com o tráfego emergencial que vai continuar podendo ocorrer no sentido leste/oeste.

A Sra. Carla Azevedo, pediu a palavra e falou que essa é uma das coisas que a Sra. Rosina Lopes levantou que é a questão do acesso da ambulância por essa entrada, você comentou que vem da Rua Senador Pompeu, mas eu acho que a demanda vem bastante da Av. da Universidade e já pega a Rua Antônio Pompeu talvez fazer uma contra mão ou diminuir o estágio. Temos que conversar mais para melhorar esse aspecto até porque quando foi feita essa via antes era um sentido e depois foi alterado para mão dupla justamente pela acessibilidade da ambulância, então não devemos esgotar essas possibilidades.

O Sr. Ricardo Sabóia, respondeu que seria o caso de fazer um revés que permita acesso mais fácil. A Sra. Rosina Lopes, acrescentou que pode ser resolvido com semáforo, se não tivesse esse acesso, seria retirado o semáforo, pois não terá mais nenhum conflito de tráfego com isso pode deixar um laço detector e quando a ambulância vier aciona o semáforo e tem preferência para passar.

O Arq. Prisco Bezerra Junior, deu início ao processo de discussão. O representante do IAB, Sr. Rodrigo Ponce de Leon falou que é um projeto bastante complexo, e continuou: não há como se opor a um equipamento tão importante de tanto interesse para a sociedade. Pela complexidade do projeto ficamos em alerta pela quantidade de riscos até alcançar o sucesso e um deles, vou alertar, mas como é preciso tentar mitigar qualquer desses riscos, uma vez que o projeto original veio de um escritório de arquitetura que não é o mesmo, cabe uma anuência do autor original do projeto, pois isso pode causar um impedimento mais na frente. Finalizou dizendo que no mais é torcer pelo sucesso do empreendimento e parabenizar a equipe de arquitetura pelo trabalho.

O representante da ABES, Sr. Marcos Stênio Teixeira questionou quanto aos resíduos que serão gerados



pelo novo prédio. Vai ser utilizado o abrigo externo atual ou será construído um novo abrigo? Pois pela Norma não pode fazer transporte de lixo por ruas ou calçadas. Finalizou dizendo que o abrigo atual do Hospital não suportaria mais resíduo.

O Eng. Roberto Craveiro, explicou que esse processo vai sofrer análise de posturas onde serão observados esses aspectos, mas que nesse projeto já é previsto alguma estrutura complementar de resíduos.

O Sr. Jerônimo Paulo da Silva, representante da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza – FBFF mostrou sua preocupação, conforme a Sra. Carla Azevedo falou, quanto ao embarque e desembarque, além da questão dos ônibus. Acrescentou que seria muito mais viável que os ônibus passem na via mais próxima do Hospital, pensando nos usuários do Frotão e finalizou parabenizando o projeto.

O SINDUSCON, representado pela Sra. Renata de Abreu considerou a grande importância do projeto para a cidade e falou que não recebeu o material da AMC, e praticamente todas as dúvidas vinham em torno desse material, por conta do grande problema do fluxo nesse novo projeto e seus questionamentos permaneceram. Acrescentou dizendo: eu acho que deveria ser mais estudado essa questão da circulação naquela área, não sabíamos que a Rua Antônio Pompeu iria ser desafetada no trecho do Hospital, não está escrito no que nos foi enviado e soubemos aqui. Finalizou dizendo que ficou ainda o questionamento da circulação e esses questionamentos são os mesmos, praticamente, da AMC que ainda vai estudar, mas acho que deveriam ter sido trazidos aqui e apontados para nós aprovamos com mais certeza.

O Assessor Especial da SEUMA, Arq. Prisco Bezerra Junior esclareceu que o parecer da AMC ainda não é o definitivo, ainda estão levantando os aspectos que devem ser corrigidos. Salientou que na votação fica condicionado ao parecer depois que fizer as modificações e a AMC aprovar. A Sra. Renata de Abreu, representante do SINDUSCON acrescentou que gostaria de tomar conhecimento antes.

A gerente da Célula de Normatização – CENOR/SEUMA, Arq. Lucilla Rocha sugeriu o envio do relatório final da AMC aos conselheiros. A representante do SINDUSCON, Sra. Renata de Abreu concordou e agradeceu.

O Sr. Osmar Delboni Junior, representante do CREA falou que: Valoramos a iniciativa, já era mais do que necessário uma reforma para esse Hospital de tanta importância para o município de Fortaleza e atendendo todos os demais municípios circunvizinhos. Acrescentou que achou muito simples o projeto e que a Prefeitura poderia inovar ainda mais, as áreas adjacentes como os estacionamentos poderiam até

ser desapropriadas e que o que está sendo proposto é o mínimo possível para Fortaleza. Finalizou colocando seu voto a favor e parabenizando a Prefeitura de Fortaleza mais uma vez, todos da SEUMA e que é um prazer vir aqui debater ideias e esse projeto que vai valorar ainda mais a nossa vida.

O representante do IPLANFOR, Sr. Mário Fracalossi parabenizou pela iniciativa e disse que o projeto já vem sendo debatido internamente pela Prefeitura a bastante tempo e sua relevância é inquestionável. Propôs que colocasse na pauta fixa da reunião da CPPD um tópico para relacionar todos os projetos que foram aprovados e disse que: sempre temos recebido os relatórios e vemos colocando algumas questões decorrentes de outras instâncias que devem aprovar projetos complementares, portanto, gostaríamos que fosse dado seguimento o mais rápido possível. Não sabemos o tempo de fato que esse projeto estará aprovado, e quando será implantado e acho que é de interesse público, interesse das pessoas que participam desse conselho.

O Assessor Especial da SEUMA, Arq. Prisco Bezerra Junior esclareceu que este projeto em específico é uma exceção, pois sua tramitação está sendo em uma velocidade acima do pretendido e que fazemos questão de só trazer para votação deste Conselho quando o projeto já está bem discutido e em processo bem adiantado e não demande uma aprovação condicionada a instância, portanto, esse projeto específico ficará condicionado ao parecer final da AMC.

O Sr. Ricardo Sabóia, representante da Architetus, esclareceu que o novo prédio terá seu próprio motor de resíduos sólidos, separando os resíduos infectantes, dos cortantes, dos biológicos, lixo orgânico e lixo reciclável. Acrescentou que novo prédio terá autonomia quanto ao lixo, água, energia e esgoto; somente a parte de gases medicinais que continuará no mesmo local, pela questão do terreno e pelo controle do Instituto Dr. José Frota que dará a manutenção no prédio novo. Quanto ao acesso da ambulância pela Rua Senador Pompeu e pela rua que já estava previsto, talvez não estivesse claro no projeto já que a Rua Antônio Pompeu não terá tráfego no sentido leste/oeste por conta da praça, mas a pavimentação já era prevista para permitir o acesso não só da ambulância, mas dos outros veículos de emergência.

Falou que através do escritório parceiro, conheceu um projeto que ainda está sob estudo no TRANSFOR referente ao túnel sob a Av. Aguanambi na Av. Domingos Olímpio, esse túnel é que vai levar o corredor Papicu/Antônio Bezerra volta pela Rua Padre Valdevino e continua pela Av. Antônio Sales. Esse corredor que vai ser levado da Rua Padre Valdevino e ainda não está definido qual das ruas transversais e virá pela

Rua João Brígido, e irá conectar no sentido leste/oeste com a Av. Domingos Olímpio, portando, todos os ônibus irão convergir pela Av. Domingos Olímpio, esse projeto antecede ao projeto do novo prédio do Instituto Dr. José Frota, então da Rua Antônio Pompeu, Av. Imperador até a Rua Barão do Rio Branco ficará o remanescente desses quarteirões e essa única faixa de tráfego particular que eventualmente se beneficiará desse túnel e vai convergir para a Domingos Olímpio, ficará um resquício muito pequeno pela Rua Antônio Pompeu.

Finalizou esclarecendo sobre o projeto do Instituto Dr. José Frota, conversamos com alguns profissionais da época da expansão que ocorreu em 1993, sobre a parte de arquitetura e principalmente a parte de estrutura, o escritório MW3 que participou ativamente na época; com a Sra. Marcela Silveira sobre a parte de estrutura e na parte metálica que eventualmente queríamos a passarela se apoiasse no prédio existente, porém, dada as condições aparentes da estrutura isso não foi possível, então terá uma estrutura que ficará um pouco mascarada pelas palmeiras, vão ser pilares metálicos que se tocam sem efetivamente transmissão de cargas entre as estruturas, mas já conversamos com eles sobre isso tanto estruturalmente, quanto participando o autor do projeto na construção da estrutura entre os dois prédios.

A Arq. Rojestiane Nobre, coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano – COURB/SEUMA pediu a palavra e esclareceu aos questionamentos feitos pelo Sr. Mário Fracalossi, dizendo que todos os processos que passam pela CPPD, os relatórios que vão para o conhecimento dos conselheiros, a maioria se tratam de Análise de Orientação Prévia, ou seja, ainda se está em processo prévio de projeto, está se vislumbrando a viabilização através da CPPD e ainda não estão sendo analisadas as minúcias, portanto, alguns projetos não têm todos os detalhes. Esse processo em especial está bem detalhado, já está em um passo bem mais a frente da Análise de Orientação Prévia, até pela demanda urgente da administração. Porém, a maioria dos processos vem através da Análise de Orientação Prévia e vem para a CPPD somente com o RIST e com a Licença Prévia, isso quer dizer que é passível de licenciamento prévio e também tem soluções a base dos impactos que ele poderia causar ao trânsito, eles vem para cá para ter uma chancela para dar continuidade.

Após a aprovação da CPPD o processo passa pelo Licenciamento de Instalação e Alvará de Construção onde o procedimento não é dos mais fáceis, que tem todo um critério para análise e todos esses

processos têm o fluxo e prazo no site da SEUMA, pode haver questionamentos que nem sempre o fluxo é o mesmo ou não segue esse prazo, isso acontece porque muitas vezes o processo necessita de alterações e os requerentes são notificados, os mesmos terão que apresentar alterações e com isso incorre de um prazo superior ao que é estabelecido no fluxo, no prazo desta Secretaria. Quanto a solicitação não há nenhum empecilho, podemos fazer uma lista de todos os processos que foram submetidos a CPPD durante toda essa gestão e trazermos para vocês em que status está; posso garantir que a maioria dos processos já estão com Alvará de Construção aprovados e alguns já estão prontos. Continuou comunicando sobre o Decreto de Outorga Onerosa, todos vocês receberam um email informando que a data de entrega das contribuições que seria dia 30 de março foi prorrogada para o dia 06 de abril, pois recebemos uma solicitação de reunião do SINDUSCON para esclarecimento de algumas dúvidas, a reunião irá acontecer amanhã, dia 01 de abril às 9h, se algum outro conselheiro ou entidade quiser participar estão convidados. Finalizou dizendo que serão enviadas todas as Leis que estão correlacionadas ao Decreto da Outorga Onerosa para que possam estar fazendo essa leitura e ratificou que na próxima reunião será apresentada a lista de todos os processos que vieram para a chancela da CPPD e prestar conta de onde estão os processos e qual o status.

O Arq. Prisco Bezerra Junior, Assessor Especial da SEUMA questionou se alguém tinha mais alguma pergunta ou mais algum esclarecimento, como ninguém mais se pronunciou colocou em votação. Destacou que o que estava sendo votado era a aprovação do projeto de reforma e ampliação do Instituto Dr. José Frota com parâmetros urbanísticos estabelecidos para área de urbanização prioritária, edificação de ligações elevadas entre blocos condicionada a anuência da COELCE, ocupação de trecho da Rua Antônio Pompeu na forma proposta no projeto e liberação do Alvará de Construção condicionada a aprovação da AMC e Licenciamento de Instalação. Esclareceu que a área de urbanização prioritária se limita na Rua Antônio Pompeu e o que os parâmetros de urbanização prioritária se considera também como Projeto Especial, a adequação e os parâmetros do terreno onde hoje é um estacionamento que está em Zona de Ocupação Prioritária - 1 (ZOP - 1) será considerado como Área de Urbanização Prioritária – Centro (AUP – Centro). Após o esclarecimento deu início ao processo de votação e solicitou que os conselheiros presentes que são a favor permaneçam em silêncio, e no caso de posicionamento contrário, poderia expor o voto.

A Sra. Renata de Abreu, representante do SINDUSCON justificou a abstenção do voto, por não ter tido



conhecimento de algumas coisas anteriormente e principalmente pelos questionamentos feitos pela AMC que seriam os mesmos questionamentos do SINDUSCON, conforme falado anteriormente.

O Arq. Prisco Bezerra Junior, Assessor Especial da SEUMA finalizou a votação dizendo que a maioria votou a favor, com exceção do SINDUSCON que se absteve. Em seguida passou a palavra para a Secretária Executiva, Sra. Eveline Brandão que encerrou a reunião dizendo que a cidade estava de parabéns e agradeceu a presença de todos.

### **RESULTADO DA VOTAÇÃO:**

**AMC** – À Favor; **PGM** – À Favor; **SEFIN** – À Favor; **SEINF** – À Favor; **SEUMA** – À Favor; **IPLANFOR** – À Favor; **SER I** – À Favor; **SER II** – À Favor; **SER IV** – À Favor; **SER V** – À Favor; **SER VI** – À Favor; **ABES** – À Favor; **ACC** – À Favor; **CREA** – À Favor; **DETRAN** - À Favor; **FBFF** – À Favor; **IAB** - À Favor; **SINDIÔNIBUS** – À Favor; **SINDUSCON** – Se Absteve.

18 À Favor; 1 Se Absteve.

Total de Votos: 19

Fortaleza, 04 de abril de 2016.

**Marília Ferreira Lima Gadelha**  
Secretária Executiva da CPPD

**Rojestiane Ferreira Nobre**  
Coordenador de Desenvolvimento Urbano

**Eveline Maria Cordeiro Brandão**  
Secretária da SEUMA, em exercício  
Presidente da CPPD